

OS ARRANJOS ESPACIAIS FLUTUANTES DOS LAGOS URBANOS DO SOLIMÕES NO AMAZONAS

Prof. Dr. Kristian Oliveira de Queiroz
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Resumo: As centenas de flutuantes dos lagos das cidades de Tefé e Coari na região do Médio Solimões no Amazonas exercem funções domiciliares, comerciais, institucionais e de serviços. O objetivo deste artigo é compreender o papel destes flutuantes dos lagos urbanos do Solimões para o desenvolvimento regional e à integração territorial. Primeiramente, realiza-se a identificação das funções e estruturas dos flutuantes nos lagos urbanos destas cidades. Posteriormente, elabora-se a identificação e classificação dos arranjos espaciais flutuantes de ambos os lagos. Esta discussão providencia subsídios para a compreensão das relações sociais e econômicas úteis ou não ao desenvolvimento regional e à integração territorial nesta fração da formação socioespacial brasileira.

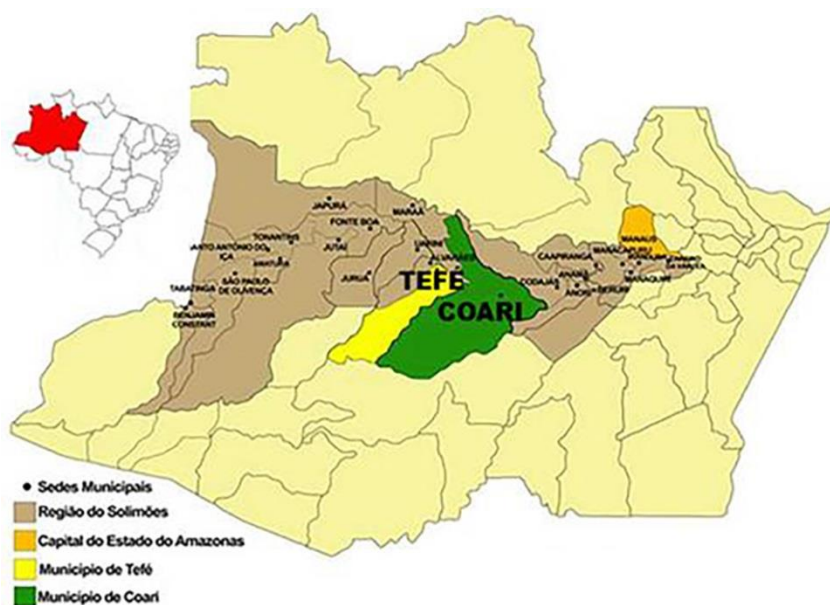
Palavras-chave: Arranjos espaciais flutuantes. Lagos urbanos. Tefé. Coari.

1 - Introdução

Os afluentes, igarapés, paranás e lagos da bacia do rio Solimões no Amazonas assumem contextos e funcionalidades espaciais diversas, tais como: via de transporte fluvial, zonas portuárias, áreas de pesca, locais de entretenimento e habitação, etc.

No entanto, nas últimas décadas, com o aumento da população e a expansão da rede urbana, porções do espaço fluvial das orlas de cidades como de Tefé e Coari (Figura 1), os maiores centros urbanos desta região (QUEIROZ, 2017) foram intensamente ocupados por estruturas tradicionais amazônicas, os flutuantes. Tais como “casas fluviais” representam objetos técnicos aquáticos em razão de assumir funções domiciliares, institucionais, comerciais e de serviços. As relações de agentes flutuantes com o centro urbano em cada município se realizam de maneira significativa em função da proximidade, promovendo mobilidade e fluxos entre diversos sujeitos sociais como estudantes, trabalhadores, funcionários públicos, turistas, etc. Essas interações geram uma dinâmica com a rede urbana regional; em razão disso esses setores fluviais destas cidades são reconhecidos como “lagos urbanos”; propiciando uma urbanidade fluvial estabelecida pela acessibilidade e relações com a cidade. Ressalta-se que um “lago urbano” representa uma pequena fração dos grandes rios Tefé e Coari.

Figura 1 - Os territórios de Tefé e Coari, as maiores cidades da Região do Solimões no Amazonas



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os flutuantes, enquanto agentes espaciais configuram-se como “formas geográficas”, ou seja, “objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, via o estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado” (SANTOS, 1996, p.252). Neste sentido, estas formas geográficas flutuantes assumem funções diferenciadas efetuando o papel de residências; instituições públicas civis e militares; entidades civis; postos de combustíveis flutuantes; comércio atacadista e varejista; armazéns ou depósitos; atracadouros; bares e restaurantes; oficinas de motores e fabricação de peças; igrejas, fábricas de gelo, frigoríficos pesqueiros, terminais portuários, etc.

Desta maneira, o conjunto de formas geográficas flutuantes de um lago urbano constitui um arranjo espacial flutuante; este propicia desempenhos sociais e econômicos úteis à integração e ao desenvolvimento por intermédio de dinâmicas diferenciadas empreendidas a partir das relações com a cidade e com a região. Sob esta contextualização, enfatiza-se que o objetivo desta pesquisa é compreender e discutir o papel que os flutuantes dos lagos urbanos de Tefé e Coari efetuam para o desenvolvimento regional e a integração territorial nesta fração da formação socioespacial brasileira. A hipótese de que a dinâmica do arranjo espacial flutuante no lago urbano de Tefé é solidária às repercussões econômicas e sociais que corroboram para o desenvolvimento regional e a integração territorial orienta este trabalho. Assim como, dirige esse artigo, o pressuposto de que sob um parâmetro comparativo com Tefé o arranjo espacial flutuante do lago urbano de Coari é hierárquico em função de estar submetido às dinâmicas vinculadas a uma solidariedade verticalizada e organizacional bem como uma compartimentação territorial que

provoca restrita difusão destes vetores socioespaciais (integração territorial e desenvolvimento regional); pois agem com maior vigor na produção de uma integração funcional em detrimento da integração territorial na região. A metodologia deste estudo adotou o levantamento bibliográfico e documental bem como o trabalho de campo realizado nos lagos urbanos de Tefé e Coari. Foram realizadas entrevistas institucionais, aos moradores e trabalhadores da comunidade flutuante.

Este artigo busca contribuir para o entendimento das relações socioespaciais em lugares periféricos urbanos e fluviais na Amazônia. Verificou-se que o papel que cada cidade exerce na dinâmica da circulação regional condiciona aos seus respectivos arranjos espaciais flutuantes efetuar diferentes desempenhos para o desenvolvimento regional e à integração territorial a partir dos seus respectivos lagos urbanos.

2 - As estruturas e funções espaciais flutuantes dos lagos urbanos do Solimões

A forma tradicional dos flutuantes no Amazonas exhibe o vigor das estruturas tradicionais e pretéritas normalmente construídas com madeira¹ ou ferro. Um enorme bloco de concreto de 1 metro quadrado chamado “poita” mantida no fundo do rio é o que mantém o flutuante em seu lugar na superfície da água amarrado por uma corda reforçada; a Capitania dos Portos registra a respectiva posição geográfica com o aparelho Global Position System (GPS), informação que legitima o reconhecimento do flutuante via o registro NADAOPOR. Entretanto, para acompanhar a celeridade imposta pelo avanço das técnicas provenientes de lugares distantes estas formas geográficas fluviais amazônicas de tradição caboclas são submetidas às modernizações do território; como produto desse inexorável processo, flutuantes de ferro são produzidos para atender às exigências das novas demandas e atividades contemporâneas; estes possuem a mesma forma inspirada nos flutuantes tradicionais de madeira (Figura 2).

Os flutuantes de ferro são utilizados como postos de combustíveis flutuantes conhecidos como “pontões” assim como por entidades civis. São mais caros e estáveis em comparação com os flutuantes de madeira, porém com menor durabilidade, tendo em vista que um flutuante de madeira pode durar mais de 30 anos. Contudo, é notória a eficiência da estrutura dos flutuantes de madeira frente às exigências das atividades da produção espacial atual nas cidades do Solimões; representam objetos rugosos que demonstram a resiliência dos territórios e eficácia para prover funcionalidades diversas na região.

Figura 2 – Flutuantes de madeira e de ferro dos lagos urbanos de Tefé (à esquerda); e Coari (à direita).



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Sob esta contextualização, as funções espaciais exercidas pelos flutuantes dos lagos urbanos podem ser classificadas a partir dos elementos espaciais disponíveis no lugar: as firmas, as instituições, as infraestruturas, os homens e o meio ecológico (QUEIROZ, 2016; SANTOS, 1985); para uma melhor apreensão das dinâmicas destas formas geográficas nos lagos urbanos de Tefé e Coari propõe-se uma classificação das funções dos flutuantes do lago de Tefé em: i) institucionais; ii) comerciais; iii) de serviços; iv) domiciliares (Tabela 1).

Tabela 1 – Classificação das estruturas e funções dos flutuantes dos lagos urbanos do Solimões

Parâmetros quantitativos	Lago urbano de	Lago urbano de
	Tefé	Coari
Número de estruturas flutuantes	491	219
Número de indivíduos funcionais	1136	659
Número de flutuantes com funções definidas	276	202
Número de moradores no lago urbano	555	536
Número de flutuantes institucionais	24	5
Número de flutuantes de serviços	99	21
Número de flutuantes comerciais	41	15
Número de flutuantes domiciliares	113	161

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tefé possui 491 flutuantes, enquanto Coari conta com menos da metade, 219 flutuantes. No entanto, 56% dos flutuantes de Tefé possuem funções definidas, enquanto que em Coari são 92% com funções espaciais definidas. Isso permite uma comunidade flutuante em Tefé com 1.136 pessoas e Coari com 659 indivíduos funcionais nos flutuantes.

A cidade de Tefé é sede de várias instituições militares e sedia a Agência da Capitania dos Portos com uma jurisdição territorial envolvendo municípios dos rios Juruá,

Japurá e Solimões. Esta instituição da Marinha do Brasil é responsável pela fiscalização e registro dos flutuantes via o documento NADAOPOR, constituído pela sua posição geográfica no respectivo lago e informações técnicas do flutuante. Porém, muitos destes não possuem registros, e ficam acoplados aos que possuem, exercendo em associação aos flutuantes principais a que estão acoplados funções variadas e diferenciadas.

Todavia, em Coari, não há Agência da Capitania dos Portos o que dificulta a identificação dos flutuantes registrados no lago; Coari está submetido à Agência Fluvial da Capitania dos Portos de Manaus. Apesar disso, a Secretaria Municipal de Saúde via a “Unidade Básica de Saúde dos Ribeirinhos Enedino Monteiro” realiza o acompanhamento e assistência aos moradores dos flutuantes cadastrados, tais como: pescadores, agricultores, aposentados, autônomos e estudantes².

O lago urbano de Tefé reflete a valorização do território direcionada ao município quando do uso da sua posição estratégica na região pelas instituições estatais e entidades civis (QUEIROZ, 2015a). Conta com 24 flutuantes institucionais, enquanto Coari, cidade vinculada à valorização territorial funcional em razão da exploração petrolífera da Petrobrás, possui somente 5 flutuantes com esta funcionalidade. A presença de flutuantes institucionais em Tefé inibe ações criminosas, mas não as evitam; seus agentes espaciais promovem certa urbanidade fluvial e relativa segurança vinculada às atividades militares de instituições como da Capitania dos Portos, do Exército, das polícias (Militar, Civil e Federal), bem como outros agentes institucionais presentes no lago como: as associações e cooperativa de catraieiros, das instituições federais como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e igrejas evangélicas. Entretanto, o lago urbano de Coari possui apenas 1 flutuante da FUNASA, 3 de igrejas evangélicas e 1 da Associação de Catraieiros.

Há casos em que um flutuante exerce mais de uma função espacial caracterizando uma “intercambialidade de funções” (SANTOS, 1985, p.17), isso ocorre quando um flutuante domiciliar efetua serviços concomitantes de atracadouro, de pequeno comércio ou mercearia familiar. Em Tefé há o simultâneo uso do mesmo flutuante compartilhado por certas instituições como no caso da Polícia Militar, órgãos públicos educacionais, de secretarias de saúde estaduais e locais.

Os flutuantes comerciais no lago urbano de Tefé somam 45 e em Coari 15; em Tefé os atacadões e mercearias (“atacarejos”), pontões e frigoríficos são os principais agentes comerciais flutuantes. Apesar de Coari possuir menos agentes comerciais flutuantes, seu lago urbano conta com 8 pontões ou postos de combustíveis flutuantes, dois a mais que Tefé. Isso ocorre em função da maior densidade de fluxos ligados às empresas terceirizadas à Petrobrás com embarcações potentes e frequentes, elencando a demanda de

combustíveis local. A dinâmica dos flutuantes de serviços em Coari também reflete a centralidade organizacional e a integração funcional pertinente às empresas da exploração de gás e petróleo; isto se realiza devido a maior existência de “carreiras” como são conhecidos os estaleiros de manutenção e conserto de embarcações com 6 agentes flutuantes; Tefé possui apenas 2 flutuantes no atendimento desta demanda local.

Apesar disso, o lago urbano de Tefé possui uma dinâmica maior das oficinas flutuantes que podem ser configuradas como “indústrias-serviços” fluviais (SANTOS, 2002, p.66), ou seja: “oficinas de conserto de veículos, suscetíveis a transformar-se em oficinas metalúrgicas, chegando até alimentar indústrias modernas com dificuldades de prover peças sobressalentes” (SANTOS, 2002, p.66). Tefé possui 15 destes agentes flutuantes no lago, enquanto Coari possui 10 flutuantes. Estes flutuantes do lago de Tefé ofertam serviços mecânicos para veículos diversos, como embarcações e até fabricam peças para pequenas aeronaves quando encomendadas por empresas regionais locais (QUEIROZ, 2018). Muitas destas indústrias-serviços flutuantes estão equipadas com tornos industriais e experiência técnica de seus mecânicos promovendo fluxos de clientes do seu centro urbano para o lago urbano de Tefé assim como de cidades vizinhas, compondo fluxos locais e regionais.

Apesar de Tefé possuir um número ligeiramente maior de moradores nos flutuantes domiciliares, estes são mais numerosos em Coari. O lago urbano de Coari possui 161 flutuantes domiciliares e 536 moradores; enquanto Tefé conta com 113 flutuantes domiciliares e 555 pessoas residindo em flutuantes. A viabilidade de aquisição de um domicílio flutuante por pessoas com baixo poder aquisitivo é melhor em ambos os lagos. As vantagens existem tanto sob o parâmetro financeiro, sendo mais baratos que uma casa em um bairro na cidade, quanto no sentido dos benefícios de acessibilidade urbana em relação às escolas, postos de saúde e de segurança pública quando comparado a um bairro periférico no núcleo urbano. Neste contexto, um flutuante pode custar até um terço do valor de uma casa com dimensões modestas em um bairro distante do centro nas respectivas cidades (entre 10 e 25 mil reais). Na à orla destas cidades, estes “ribeirinhos urbanos” podem pescar e ter acesso aos trabalhos nas firmas, instituições, serviços e comércio flutuantes; alguns assumem o ofício de catraieiros no transporte intra-urbano de passageiros, estas catraias são canoas motorizadas úteis para a mobilidade de estudantes, professores, profissionais liberais, turistas e transeuntes que circulam nos lagos urbanos de Tefé e Coari; enfatiza-se que em Tefé há fluxos intensos para os municípios vizinhos de Alvarães e Uarini.

Sendo assim, para melhor compreender as dinâmicas que exibem a forma e conteúdo das comunidades flutuantes destes lagos urbanos busca-se discutir os arranjos

espaciais flutuantes. Estes arranjos territoriais se configuram como produtos dos processos espaciais presentes e constituem a base das relações efetuadas nos respectivos lagos.

3 - Os lagos urbanos das cidades do Solimões – Tefé e Coari

A força do uso da palavra “lago” pelas populações ribeirinhas do Amazonas definiu estes subespaços dos rios afluentes do gigante rio Solimões, segundo nome dado ao maior rio do mundo em volume d’água, o rio Amazonas, depois do *Marañon* peruano. Enfatiza-se que o lago de Tefé representa uma fração do rio Tefé, o mesmo ocorre com Coari; ou seja, estes “lagos” amazônicos são rios em forma de “rias”, um conceito geomorfológico utilizado para designar um rio ou vale afogado pelo mar; portanto, é um conceito litorâneo utilizado para ambientes fluviais (SILVA et al, 2017: 11.790/11.796); fato que permitiu a Sioli (1985) chamar de *river lake* aos afluentes do rio Amazonas ou Solimões, verdadeiros rios/lagos.

Quando estas frações fluviais estão próximas às cidades supridas com fluxos frequentes de firmas e pessoas a apropriação e uso de suas águas pelos flutuantes é mais intensa; pessoas residem e trabalham nos lagos urbanos, propiciando a esta fração fluvial da cidade uma urbanidade em razão dos agentes provenientes da cidade ou da rede urbana se relacionarem com os agentes flutuantes, animando esse espaço urbano-fluvial.

Figura 3 – Os lagos urbanos de Tefé (acima) e Coari (abaixo)



Fonte: Elaboração própria via base de dados do Google Earth, 2021.

Entrementes, em espaços letárgicos (SILVEIRA, 1999a), o “urbano nem sempre é a cidade” (LEFEBVRE, 1999, p. 49), assim como o moderno nem sempre é o novo (SANTOS, 1999); outras expressões territoriais se manifestam em função da ausência do ser e da

carência de objetos técnicos contemporâneos, corroborando para a existência de “outras racionalidades” (SILVEIRA,1999, p.446). Todavia, a técnica e a ideia que as movem são as mesmas, advindas da mesma força vital, a economia-mundo. Nos espaços opacos³ amazônidas longe dos interesses de investimentos do grande capital, as formas espaciais e os arranjos territoriais projetados pelos processos espaciais vigentes promovem diferentes maneiras de organização do espaço; nos lagos das cidades de Tefé e Coari distantes dos grandes centros econômicos e de decisões políticas do país se estabelecem arranjos espaciais flutuantes peculiares, no entanto úteis para a dinâmica espacial local e regional. Neste sentido, Silveira (1999a, p.446) discute que:

Os lugares não podem, assim, ser definidos exclusivamente pela presença, mas também pela ausência do ser. Eis a sua força, porque, na medida em que não substantivam a sociedade dita moderna, os lugares se tornam mais aptos a acolher outras manifestações da sociedade, outras formas de existência próprias de outras racionalidades (SILVEIRA,1999a, p.446).

Desta forma, a carência ou ausência de técnicas, ações e objetos podem definir os lugares. Manifestações e racionalidades próprias do contexto amazônida se desenvolveram para abrigar infraestruturas adaptadas, instituições ajustadas e populações que assimilam uma rede urbana com outras formas de expressividade, pois se realizam em áreas fluviais.

“O crescimento urbano na cidade contemporânea tende a ocorrer prioritariamente pela ocupação extensiva de áreas anteriormente não urbanizadas, tendendo às configurações urbanas dispersas e fragmentadas” (GONÇALVES, 2010, p. 4). Como consequência, em Tefé e Coari uma urbanidade fluvial e híbrida se desenvolve via o uso do espaço fluvial no lago e da sede municipal na cidade pelos respectivos agentes de ambos os meios. Desta forma, uma urbanidade material se efetua em uma “periferia extensa e descontínua” (REZENDE et al, 2019, p. 4) de onde emergem comunidades fluviais constituídas por ribeirinhos urbanos envoltos em temporalidades diversas expressas no cotidiano do lago, exibindo uma dialética do espaço (SILVEIRA, 1999a), o encontro do urbano e rural; do tradicional e moderno; velho e novo.

Lefebvre (1999, p. 83) discute que “o fenômeno e o espaço urbano não são apenas projeção das relações sociais, mas o lugar e terreno onde as estratégias se confrontam (...) são meios e instrumentos de ação” (LEFEBVRE, 1999, p. 83). Sob o contexto dos lagos urbanos do Solimões, esta respectiva ação “lefebvreana” pode ser representada pelas relações, articulações e interações oriundas da cidade e realizadas pelas pessoas, firmas e instituições no lago, os respectivos agentes espaciais. Por conseguinte, interesses e necessidades de agentes da cidade se difundem provocando uma reprodução de suas práticas sociais na comunidade fluvial do lago. Deste modo, os agentes espaciais flutuantes

que ofertam funções espaciais no lago urbano de Tefé e Coari configuram-se como formas de “coletividades territoriais” (CASTELLS, 2011, p.62); funcionam como uma continuidade das ações e esforços destes agentes na cidade, um *continuum* operacional, produto do enredamento da sociedade contemporânea que possibilita repercussões socioeconômicas nestas áreas fluviais subjacentes ao centro da cidade. Processo que pode ser verificado quando da valorização, apropriação e uso de determinadas frações do território por ações vinculadas à dinâmica urbana por meio da capacidade de gerar consumo e emprego à população. Estas relações que exibem necessidades mútuas representam uma “produção capitalista do espaço” (HARVEY, 2005), sob circunstâncias de uma “urbanização dependente” (CASTELLS, 2011, p. 83) entre agentes de setores territoriais de áreas fluviais periféricas e áreas tradicionais da cidade; impactando de maneiras diferenciadas a integração territorial na região a qual Tefé gere as relações como nó de rede da circulação regional (QUEIROZ, 2017) e Coari sedia as operações de exploração de hidrocarbonetos da multinacional Petrobrás.

Neste contexto, um conjunto de objetos e ações promove nos lagos uma urbanidade vinculada a uma simultaneidade de tempos, processos, formas, estruturas, funções e técnicas que inserem esta fração do território fluvial à dinâmica da rede urbana. Isso se deve em razão das duas maiores cidades do Solimões possuírem posição ou situação estratégica útil para promover uma valorização do território em função do uso de suas inerentes potencialidades intrínsecas⁴ por agentes estatais e privados. No caso da cidade de Tefé cita-se como potencialidade fundamental a sua posição na rede de fluxos na Amazônia (QUEIROZ, 2017) permitindo ao Estado suprir o município com agentes estatais e irradiando fluxos importantes de pessoas, serviços, ideias e mercadorias para sua enorme Região Geográfica Imediata com 9 municípios, a saber: Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Jutai, Maraã, Japurá, Juruá, Carauari, além da própria Tefé (IBGE, 2017). Ressalta-se que Tefé é uma das 4 cidades no estado do Amazonas que possui uma “Região Geográfica Intermediária” juntamente com a capital Manaus, Parintins e Lábrea. Esta respectiva região a que Tefé “polariza” compreende todo o território ocidental do maior estado do país em extensão territorial. Este modo, a população urbana de Tefé representa 81,55% de seus habitantes, ou seja, 50.069 habitantes dos seus 61.453 (IBGE, 2013).

Por conseguinte, Coari segundo maior centro urbano do Médio Solimões possui 65,39% de sua população vivendo na área urbana, o que significa 49.651 de seus 75.909 habitantes (IBGE, 2013). É pertencente à “Região Geográfica Intermediária de Manaus” e gere sua “Região Geográfica Imediata” constituída pelos municípios de: Codajás, Beruri e Anori além do próprio município de Coari que assim como toda cidade amazonense possui um território gigante em relação a grande maioria dos municípios brasileiros com:

57.970,768 km², maior que o território do estado do Rio de Janeiro e o dobro de Tefé com 23.662,223 km².

Esta breve discussão da influência territorial das cidades exhibe a geografia das relações com as cidades circunvizinhas da região. No caso de Tefé essas relações ocorrem com maior vigor, o que é expresso na enorme Região Geográfica Imediata e intermediária, uma das maiores do país (IBGE 2017); enquanto Coari se relaciona com maior veemência com Manaus, sede dos *bureaux* das grandes empresas parceiras e terceirizadas da Petrobrás, o que atribui poucas cidades de influência em sua sub-região.

4 - Os Arranjos Espaciais Flutuantes dos Lagos Urbanos de Tefé e Coari

Não é de hoje que os flutuantes de lagos urbanos com funcionalidades e arranjos espaciais diferenciados são objetos de análise social no estado do Amazonas. A ocupação, o desenvolvimento e as características do cotidiano das águas urbanas de Manaus durante o período em que a “Cidade Flutuante” existiu entre os anos de 1920 e 1967 foram estudadas por muitos pesquisadores, destacando-se Salazar (1985) e Souza (2010; 2016). Neste período, o lago urbano de Manaus foi o destino de muitos indivíduos provenientes tanto de bairros da cidade de Manaus quanto de vários municípios do interior do estado, propiciando em 1966 uma população de 11.400 pessoas (SOUZA, 2016, p. 125). A Cidade Flutuante de Manaus acabou sendo “removida” pelos governos de Arthur Cézár Ferreira Reis e Mário da Costa Paiva entre 1964 e 1967 via políticas de reassentamento populacional em função de ter sido considerado um lugar apto a simbolizar precariedade (SALAZAR, 1985).

Atualmente, situações geográficas (SILVEIRA, 1999b) provocam a ocupação das águas dos rios por moradores flutuantes em várias cidades do Amazonas como Coari, Manaus, Tapauá e Tefé, constituindo comunidades flutuantes demograficamente significativas. Silveira (1999b, p.26) comenta que a situação geográfica “é um cenário para as novas formas de produção e de vida, para novas ações e para a implantação de novos objetos, respondendo a novas racionalidades, a novas intencionalidades, a novos futuros”. Cataia (2011, p.116) argumenta que situação geográfica “é um complexo de forças em ação presente, organizada segundo um feixe de variáveis que se juntam em uma combinação única e inédita, num dado momento e num dado subespaço”.

Desta forma, diferentes situações geográficas se desenvolveram nas águas urbanas das cidades no Amazonas; provenientes de arranjos e eventos que se expressam de maneiras análogas, alguns produtivos social e economicamente, outros menos. Os casos da Cidade Flutuante manauara, do lago urbano de Tefé e do lago urbano de Coari no Solimões exprimem o mesmo significado de refúgio como destino de muitos indivíduos

desterritorializados e excluídos, desempregados ou sem perspectivas, porém circunstanciados por condições, arranjos sociais e geográficos distintos bem como decisivos para a produção ou não de perspectivas positivas ao lugar e região.

Neste sentido, estas situações geográficas podem forjar nestas porções fluviais da cidade arranjos espaciais flutuantes condicionadas aos processos e formas espaciais produzidas a partir de um conjunto de relações entre diferentes agentes locais, regionais, nacionais e internacionais nos lagos de cidades com papel significativo na rede de fluxos da região. Esta rede de interações promove um arranjo espacial de agentes flutuantes que se realiza como uma expressão do processo histórico, do uso do território e da combinação de eventos; este último resultante de diferentes situações geográficas.

Entretanto, da mesma maneira em que um arranjo espacial flutuante pode ser solidário, ou seja, quando há repercussões de seus resultados sociais, econômicos com a região, promovendo desenvolvimento e integração territorial; também pode se apresentar como hierárquico, quando há pouca dispersão dos resultados alcançados no lago urbano criando desigualdades, pobreza e violência provenientes das dinâmicas espaciais submissas ao mercado e às ordens da economia-mundo.

4.1 – Arranjo espacial flutuante hierárquico - o lago urbano de Coari

O arranjo territorial e as formas espaciais (CORRÊA, 2002) presentes no lago urbano de Coari proporcionam contar com poucos flutuantes institucionais e muitos flutuantes domiciliares (Tabela 1 anterior). No entanto, as áreas sociais fluviais vinculadas aos flutuantes domiciliares se realizam com significativa segregação e restrito dinamismo econômico e social provocando impactos refletidos na violência com a presença intensa de piratas: criminosos fluviais; bem como das desigualdades vinculadas à pobreza na comunidade flutuante. Nessa região de Coari onde a Província Petrolífera do Urucu gere relações subordinadas às normas e ordens de centros mundiais distantes do local, interdependências se realizam produzindo um “acontecer hierárquico” (SANTOS, 1996, p.285); este se desenvolve via regras técnicas, financeiras e políticas admitidas por agentes comandados pelas “informações segredo” advindas de espaços luminosos atuando no local da produção de gás e petróleo amazônica (QUEIROZ, 2015b).

Desta maneira, o arranjo espacial flutuante resultante da dinâmica e da organização espacial estabelecidas no lago urbano de Coari revela uma compartimentação do território vinculado a uma solidariedade verticalizada (IDEM). A compartimentação territorial é um fenômeno geográfico compreendido como um produto do processo de globalização que proporciona certa funcionalidade a determinadas frações dos territórios mundiais vantajosos aos interesses de empresas e Estados (CATAIA, 2011; SANTOS, 1996; SILVEIRA, 1999a).

Assim, os espaços se tornam aptos a oferecer suas potencialidades intrínsecas por intermédio do apoio político do Estado e da capacidade técnica das empresas locais e/ou externas de exploração de recursos ou vantagens almejadas por ambos. Isto se realiza a partir de práticas espaciais, ou seja, ações individuais de agentes sociais espacialmente localizados (CORRÊA, 2007), conduzindo à realização de atividades produtoras de uma fragmentação territorial oriunda da não repercussão local das ofertas às quais as empresas-rede (ARROYO, 2001) propuseram. Neste sentido, Santos (2000, p.85) discute que:

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social. (SANTOS, 2000, p.85).

Parte destas distorções citadas na reflexão de Santos (2000) se realiza nas áreas sociais do lago urbano de Coari, subespaços vulneráveis a uma entropia social resultante de violência e desemprego. Destaca-se dentre estes efeitos maléficis as ações dos piratas dos rios também conhecidos como “ratos d’água”; dentre as dificuldades do cotidiano o temor às ações piratas se configura como a maior preocupação dos que trabalham, residem e circulam no lago urbano de Coari⁵. Trata-se de criminosos perigosos que “assolam” a tranquilidade da comunidade flutuante, o crime mais comum além de homicídios e estupros é o roubo de: eletrodomésticos, móveis, combustíveis, botijão de gás, munição de armas de caça e embarcações como lanchas e voadeiras; há casos em que flutuantes do lago são usados como depósitos dos produtos roubados. Muitas vítimas têm medo de denunciar ou realizar o Boletim de Ocorrência na Polícia em razão da dificuldade de reaver os bens roubados ou temor de represálias⁶. Essa situação promoveu algumas operações institucionais integradas e esporádicas envolvendo a Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Civil com o intuito de conter ou mitigar a atuação destes criminosos.

As atividades da empresa-rede Petrobrás provedora de royalties milionários à Coari provocam impactos danosos à sociedade local, inclusive a comunidade flutuante, em função da má gestão destes recursos e dos problemas sociais provenientes da carência no planejamento dos gastos; para melhor reflexão, entre 2010 e 2016 Coari recebeu quase 3 bilhões de reais de royalties (2.727.827.571,19 de reais⁷), enquanto Tefé neste mesmo período recebeu pouco mais de 83 milhões de reais (83.340.400,18 reais)⁸. Com este numerário bilionário gerido de forma incorreta efeitos devastadores aos meios sociais e

institucionais são provocados em Coari, “Cidade Local” (IBGE, 2017) inserida em uma das regiões mais pobres do país, o Médio Solimões. Desta forma, relações verticalizadas são produzidas sem socialização adequada de benefícios da produção à comunidade (QUEIROZ, 2015b), ocasionando consequências negativas ao entorno; principalmente os setores periféricos do centro urbano, como o lago urbano de Coari; onde o arranjo espacial flutuante condiciona interações interurbanas vinculadas a uma solidariedade funcional e organizacional em detrimento da solidariedade orgânica, a resiliência do território se desfaz frente ao avanço das relações que o impactam.

Deste modo, esta região passa a se configurar como um ponto no mapa de fluxos que promove a coesão do processo produtivo (SANTOS, 1996, p.285), o lago urbano de Coari, representa um palco secundário onde se realizam as práticas espaciais da Petrobrás e suas terceirizadas no município; o palco principal é o Urucu ou o local da produção, conta com infraestruturas e serviços com fins de suprir as necessidades dos trabalhadores locais que moram temporariamente nas instalações desta base da exploração. Com essa infraestrutura disponibilizada no Urucu o lago urbano de Coari representa uma zona fluvial de intermediações de processos logísticos, com poucos agentes que verdadeiramente atribuem e agregam valor aos processos espaciais locais.

Os moradores de flutuantes domiciliares do lago urbano de Coari residem em áreas sociais onde coexistem com áreas de circulação de embarcações, flutuantes de serviços e comércio, são poucos os lugares que possam estimular economias solidárias e fortalecer a identidade territorial: cabocla e ribeirinha. Há carência de lugares capazes de viabilizar melhores repercussões econômicas e providenciar uma organização espacial menos subordinada aos meios de controle hierárquicos provindos dos agentes das empresas-redes parceiras do estado e da iniciativa privada de lugares distantes. Isto se configura como subsídios para provocar consequências sociais, econômicas e culturais danosas baseadas na desintegração da coesão solidária local e ascensão de formas geográficas flutuantes que segregam, obstruem e corroem as formas antigas, mas solidárias na gestão do espaço.

“O petróleo tornou-se uma maldição porque as receitas que ele gera para os governos são anormalmente vultuosas, não são oriundas da tributação dos cidadãos, flutuam de forma imprevisível e são fáceis de esconder do escrutínio público” (ROSS, 2015, p.318). Neste contexto, em Coari, foram muitas as situações de corrupção oriundas da má gestão dos royalties da Petrobrás que repercutiram em ações nefastas ligadas a outros crimes de autoridades e gestores locais subjacentes como pedofilia e tráfico de drogas na cidade (QUEIROZ, 2015b).

As receitas públicas não podem ser confundidas com os royalties, recursos que devem ser usados no abrandar ou sanar dos impactos relativos à produção de gás e

petróleo e não no pagamento de salários de funcionários e outros fins públicos relativos aos gastos da própria receita municipal. Depois de vários julgamentos, prisões e afastamentos de prefeitos e autoridades, “cicatrices sociais” restaram das contendas administrativas e morais sobre estas irregularidades diversas; entre estas, considera-se os problemas relacionados à segurança pública que tem no lago urbano um ponto crítico em função da comunidade flutuante ser vulnerável tanto à violência urbana, condicionado aos meliantes locais; quanto à violência rural que impacta os flutuantes do lago por intermédio dos piratas dos rios serem mais atuantes nesta região de Coari onde os fluxos constantes do transporte fluvial e ausência de fiscalização regular vinculada à inexistência de efetivos da Capitania dos Portos ou órgãos competentes corroboram para suas ações. Para um parâmetro institucional policial, Tefé possui 103 policiais militares em seu efetivo⁹, enquanto Coari conta com apenas 9 policiais militares.

Assim sendo, as ações vinculadas ao processo de exploração de gás e petróleo no Urucu carecem da presença de órgãos fiscalizadores e administrativos que possam mitigar os problemas de gestão e uso destes recursos dos royalties no município. Os fluxos provenientes das operações de uma multinacional petrolífera nesta cidade amazônica do Solimões geram consequências sociais à estrutura urbana e refletidas no seu lago urbano, onde a segregação e a insegurança são produtos destas atividades.

Enfim, a pouca atuação de formas geográficas flutuantes com funções espaciais úteis às relações lago-cidade, que proporcione a socialização da produtividade espacial e as repercussões sociais e econômicas da produção de gás e petróleo à região provoca a atuação de um arranjo espacial flutuante hierárquico pouco solidário ao desenvolvimento regional e à integração territorial. Ocorre assim, uma retenção de desenvolvimento via o uso restrito das potencialidades intrínsecas disponíveis.

4.2 - Arranjo espacial flutuante solidário - o lago urbano de Tefé

As águas do lago de Tefé no Amazonas atuam como um palco para diversas atividades econômicas e sociais úteis para a rede de circulação regional. Desde quando o avião Catalina da Panair do Brasil S.A pousava no lago em 1941 efetuando voos semanais entre Manaus, Tefé e Iquitos no Peru (PESSOA, 2005); até os dias atuais quando o “Feirão de Fábrica Chevrolet a Bordo” realizado em uma balsa ofertando veículos para clientes advindos de municípios circunvizinhos, o respectivo lago urbano de Tefé demonstra sua potencialidade intrínseca (COSTA, 2008); o que permite corroborar para uma “produtividade espacial” (SANTOS, 1996, p. 248) na região do Solimões na Amazônia Ocidental a partir de sua posição estratégica na borda territorial amazônica.

Tefé é uma das primeiras cidades do Brasil (THÉRY e MELLO, 2009, p. 53, QUEIROZ, 2015a), foi submetida a situações geográficas que a condicionaram exercer o papel de centro gestor da região do Médio Solimões no Amazonas (QUEIROZ, 2017). Seu processo histórico permitiu acumular infraestruturas e instituições em função de uma combinação de eventos e fatores política e socialmente vantajosos para a comunidade local se comparado aos municípios do entorno na região; isso permitiu melhor acesso às técnicas e informações contemporâneas.

Figura 4 – Avidéz das funções institucionais, comerciais, de serviços e domiciliares dos flutuantes no lago de Tefé.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Seu lago urbano promove a integração territorial via os fluxos do entreposto local onde circula a produção de bens e mercadorias assim como o produto do trabalho agrícola e pesqueira, grande parte de subsistência, de todos os municípios do Médio e Alto Solimões, das 107 comunidades do rio Tefé, de todos os municípios do rio Japurá e do Médio e Alto Juruá (QUEIROZ 2019); em virtude disso, a cidade absorve e irradia fluxos para a região (QUEIROZ, 2017).

Os 491 flutuantes do lago promovem um arranjo espacial flutuante solidário em função da presença de agentes flutuantes institucionais, de serviços e comércio, atores fundamentais da fluidez territorial que corroboram para conexões e comunicações com outros agentes da cidade e da região sob os âmbitos: regional, nacional e internacional; bem como para a segurança pública e fiscalização do transporte fluvial.

Ressalta-se que as diferentes funções efetuadas pelos agentes flutuantes no lago expressam processos espaciais que geram emprego e renda à população (Tabela 2). A proximidade dos flutuantes com a cidade permite acesso aos aportes urbanos institucionais

representados pelos serviços públicos de educação, saúde e segurança pública assim como os serviços bancários, logísticos e de comunicações (internet); irradiando inserção e integração àqueles que residem, trabalham e transitam no lago urbano de Tefé.

Tabela 4 – A classificação das funções dos flutuantes no lago urbano de Tefé

Função	Quantidade	Nome dos Agentes	Número de indivíduos funcionais
Institucional	24	1 – Exército 2 - Capitania dos Portos 3 - Polícia Civil 4 - FUNASA 5 - SESAI 6 - FUNAI 7 - Prelazia de Tefé 8 - Prefeitura de Tefé (2 flutuantes) 9 - Instituto Mamirauá - IDSM (3) 10 - Igrejas da Assembleia de Deus (2) 11 - Igreja da Universal 12 - Sindicato de Catraieiros 13 - Sindicato dos Pescadores 14 - Associação dos Catraieiros JATÃO 15 - Associação dos Catraieiros DC CHAGAS 16 – Associação dos Catraieiros Nossa Senhora da Vitória 17 - Associação Catraieiros da Ponta Branca 18 - Cooperativa dos Catraieiros de Tefé 19 – Flutuante do “Cais de Tefé” 20 - Colônia dos Pescadores	92
Comercial	41	1 – Frigoríficos (8 flutuantes) 2– Mercados (12) 3 – Mercarias (15) 4 – Pontões (6)	168
Serviços	99	1 – Catraieiros (5 flutuantes) 2 – Oficinas (Indústrias-Serviço) (15) 3 – Transportadora 4 - Técnico de informática/celular 5 – Carreira/estaleiro (2) 6 – Costureira (3) 7 – Cabelereiro (2) 8 – Fábricas de gelo (8) 9 – Entrepósitos de pesca (9) 10 – Vendedores informais de combustíveis (13) 11 – Terminal das Lanchas Ajato 12 – Depósitos (15) 13 – Atracadouros ou Marinas (18) 14 – Balsa-porto 15 – Bares e restaurantes (5)	321
Domiciliares	113	Domicílios e suas respectivas famílias	555
TOTAL	276 agentes flutuantes		1.136 pessoas

Fonte: Secretaria Municipal de Administração Geral, Planejamento de Finanças de Tefé; Secretaria Municipal de Saúde de Tefé. Levantamento próprio a partir do Trabalho de campo, 2020.

Sendo assim, formas geográficas flutuantes constituem um arranjo espacial fluvial expressando uma “organização espacial”¹⁰ (CORRÊA, 2002, p.83) peculiar no lago urbano de Tefé. Um arranjo flutuante útil à integração dos agentes que a partir dos elementos espaciais de Tefé irradiam suas atividades e repercutem seus resultados para toda região proporcionando relações sociais e econômicas cruciais o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação das águas próximas das principais cidades do Solimões via a ampliação da rede urbana e o aumento da população proporcionou o aprimoramento do uso e diversificação das funções espaciais dos flutuantes tradicionais. Estes promovem dinâmicas via os arranjos territoriais ou espaciais úteis ao desenvolvimento regional bem como à integração territorial.

Este artigo proporciona subsídios para compreender que os arranjos espaciais flutuantes dos lagos urbanos do Solimões no Amazonas refletem ou reproduzem a dinâmica urbana das cidades a que pertencem. No lago urbano de Tefé, isso se realiza via as repercussões sociais e econômicas geradoras de relações solidárias, corroborando para o papel de nó de rede da cidade na circulação regional via as atividades dos flutuantes institucionais, comerciais e de serviços úteis à integração territorial; propiciando a criação de emprego e renda bem como a diversificação das funções espaciais dos flutuantes promovendo fluxos virtuosos ao desenvolvimento regional.

Todavia, o arranjo espacial flutuante do lago urbano de Coari gera relações hierárquicas decorrentes de uma solidariedade organizacional, uma compartimentação do território e uma integração funcional resultantes da produção de gás e petróleo pela Petrobrás. Isso provoca problemas sociais ligados à segurança pública e às desigualdades na comunidade flutuante do lago advindas da pouca repercussão dos resultados econômicos e sociais na sociedade local.

A resiliência dos territórios expressado com os diversos usos dos flutuantes dos lagos urbanos do Solimões, tanto por corporações e instituições quanto por ribeirinhos e moradores dos lagos revelam a eficiência das estruturas das formas geográficas regionais tradicionais, objetos técnicos vinculados a uma identidade territorial. Nessas circunstâncias espaciais, a leitura de arranjos espaciais flutuantes que promovem a apropriação das águas dos rios amazônidas na região do Solimões acaba por exibir organizações espaciais que difundem esperança e criatividade nestes espaços periféricos da formação socioespacial brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. Tese (Doutorado em Geografia Humana). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1972].
- CATAIA, Márcio. Território usado e federação: novos agentes e novos pactos. In: DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Augusto Avelino. **Lugar-mundo: perversidades e solidariedades: encontros com o pensamento de Milton Santos**. Natal: EDUFRN, 2011.
- CORRÊA, Roberto lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática: 2002.
- CORRÊA, Roberto lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **CIDADES**. v. 4, n. 62 6, p. 62-72, set. 2007.
- COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento territorial e Amazônia: vinte anos de experiência de zoneamento ecológico e econômico. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (orgs.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- GARCIA, Etelvina. **A Petrobras na Amazônia: a riqueza que vem do Solimões**. Manaus: Norma Editora, 2010.
- GONÇALVES, Alice Rauber. Urbanidade e as novas configurações urbanas. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (I ENANPARQ). **Anais**. Rio de Janeiro: ENANPUR/UFRJ, nov/dez, 2010, p.1-10.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Censo 2010**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias – 2017**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970].
- OLIVEIRA, José Aldemir de. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/ Anpege 2008.
- PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa Dávila dos Tupebas – Tefé**. Manaus: Editora Novo Tempo Ltda, 2005.
- QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A formação histórica do território tefeense**. Curitiba: Editora CRV, 2015a.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Solidariedade verticalizada e fragmentação territorial no Médio Solimões. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, out. 2015b.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Elementos espaciais e centralidade periférica - o caso de Tefé no Amazonas. **Acta Geográfica (UFRR)**. V.10, p.92 - 110, 2016.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Integração e globalização relativizada – uma leitura a partir de Tefé no Amazonas**. Manaus: UEA Edições, 2017.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Globalização e integração territorial – o caso da região de Tefé no Amazonas. **Confins Revue**. Vol. 35. N.35. Paris: 2018.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Transporte fluvial no Solimões: uma leitura a partir das lanchas Ajato no Amazonas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 322-341, ago. 2019.

RAMALHO, Mário Lamas. **Território e macrossistema elétrico nacional: relações entre privatização, planejamento e corporativismo**. Dissertação (MESTRADO – Geografia humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

REZENDE (et All). Urbanidade na cidade informal: uma abordagem operativa. In: XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVIII ENANPUR). **Anais**. Natal: ENANPUR, 2019, p. 1-20.

ROSS, Michael L. **A maldição do petróleo**. Porto Alegre: CDG, 2015.

SALAZAR, João Pinheiro. **O Abrigo dos Deserdados**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [2002].

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1985].

SANTOS, Milton. O modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**. Ano IV, nº 6, jan/jun, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1996].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13º ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [2001].

SILVA, Amanda Caroline Cabral da Silva (et all). Caracterização geomorfológica do “Lago” de Tefé. XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - XII Enanpege. **Anais**. Porto Alegre: out. 2017.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999a.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método á metodologia. **Revista Território**. Ano IV, nº 6, jan/jun, 1999b.

SIOLI, Harald. **Amazônia - Fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

SOUZA, Leno José Barata. A “Cidade Flutuante” de Manaus: discutindo conceitos. **AEDOS**, v. 3, n.6. UFRGS - Porto Alegre, 2010.

SOUZA, Leno Barata. Cidade flutuante uma Manaus sobre as águas. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**. V.8; N.3, p.115-146, Campinas, mai/ago, 2016.

THÉRY, Hervé e MELLO, Neli. **Atlas do Brasil: desigualdades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Notas de Final de Texto

¹ As toras da madeira açacu ou assacu (*Huru crepitans*) são utilizadas como boias que flutuam sustentando a casa. As vigas que apoiam o piso e paralelas às boias são edificadas tradicionalmente com a madeira piranheira (*piranhea trifoliata* *Baju Euphorbiaceae*); ambas equilibram o peso da estrutura proporcionando estabilidade à casa flutuante. As paredes em sua maioria são feitas de gitó (*Guarea trichilioides*) ou Itaúba (*Mezilaurus itauba*); porém a jacareúba e a castanheira também são utilizadas na construção, com menor frequência.

² Entrevista concedida pelo Sr. Dheime da Costa Mendes. Agentes de Saúde da SMS de Coari e da UBS Ribeirinhos Eneidino Monteiro. Coari, 14 fev 2020.

³ Espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização (SANTOS e SILVEIRA, 2001, pg. 264). Na medida em que vai diminuindo a capacidade de resposta aos desígnios do capital hegemônicos é um espaço opaco (RAMALHO, 2006, p. 34).

⁴ Potencialidades intrínsecas: recursos naturais, posição na rede de fluxos, infraestrutura e outras, bem como as migrações de capitais produtivos (COSTA, 2008, p. 243).

⁵ Entrevista concedida pelo Sr. Enésimo. Morador do lago urbano de Coari. Coari, 14 fev 2020.

⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Alair Nascimento dos Santos. Catraieiro do lago urbano de Coari. Coari, 14 fev 2020.

⁷ Disponível em: www.anp.gov.br; acessado em: 10 jan 2020.

⁸ Ressalta-se que além de Tefé e Manaus mais 16 municípios do Amazonas, 17 municípios do Pará e 3 do Amapá recebem royalties gerados pelas atividades da Petrobras na Amazônia. O Ministério de Ciência e Tecnologia recebem royalties advindos das atividades da Petrobras em Urucu beneficiando pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico atinente à indústria de petróleo e gás natural via o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (GARCIA, 2010, p.128).

⁹ Entrevista concedida pelo Sargento Silva. 3º Batalhão da Polícia Militar do Amazonas. Tefé, 15 jun 2020.

¹⁰ Corrêa (2002, p.83) define organização espacial como “o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da História – campos, caminhos, minas, dutos, fábricas, lojas, habitações, templos, cidade, rede urbana, etc. - e dispostos sobre a superfície da Terra”; ou seja, o produto das transformações direcionadas pelo trabalho social via a capacidade concreta que cada sociedade possui de transformar a natureza; isto promove o “desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção” (IDEM). A organização espacial se aperfeiçoa e se muda a partir das constantes transformações sociais advindas do surgimento e uso de novas técnicas e estruturas; bem como da manifestação de outras necessidades do homem a qual requerem diferentes formas de pensar e agir para o melhor condicionamento e estruturação de adequações da organização espacial no intuito de contemplar suas inexoráveis demandas fundamentais de sobrevivência.